



5734 - Pôster - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)
GT05 - Estado e Política Educacional

TENDÊNCIAS DO DEBATE ACERCA DA MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA ÁREA DE EDUCAÇÃO

Carlos Henrique Avelino Veiga - UFRRJ - PPGEDUC - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Agência e/ou Instituição Financiadora: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

TENDÊNCIAS DO DEBATE ACERCA DA MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA ÁREA DE EDUCAÇÃO

Resumo

O processo de militarização das escolas públicas tem se configurado como alternativa de política pública para a área educacional em diversos estados brasileiros e nos últimos anos houve significativa elevação do fenômeno. No ano de 2015, havia 94 escolas geridas por instituições militares e, em 2018, totalizavam 184. Assim sendo, nesta investigação, buscamos o aprofundamento no debate do respectivo fenômeno, entendendo que o processo de militarização das escolas públicas representa retrocesso social e eminente risco para a educação pública emancipadora. O objetivo do trabalho foi analisar o que tem sido produzido na área das ciências sociais sobre a gestão de escolas públicas por órgãos militares, a fim de identificar as tendências do debate acerca do tema em questão. Para isso, realizamos uma pesquisa básica, de análise qualitativa, de caráter explicativo, que se insere na categoria de pesquisa do tipo documental. Os resultados coletados demonstram que o fenômeno ainda suscita pouca atenção, tendo em vista o exíguo número de produção científica acerca do tema.

Palavras-chave: militarização; gestão escolar; gestão pública.

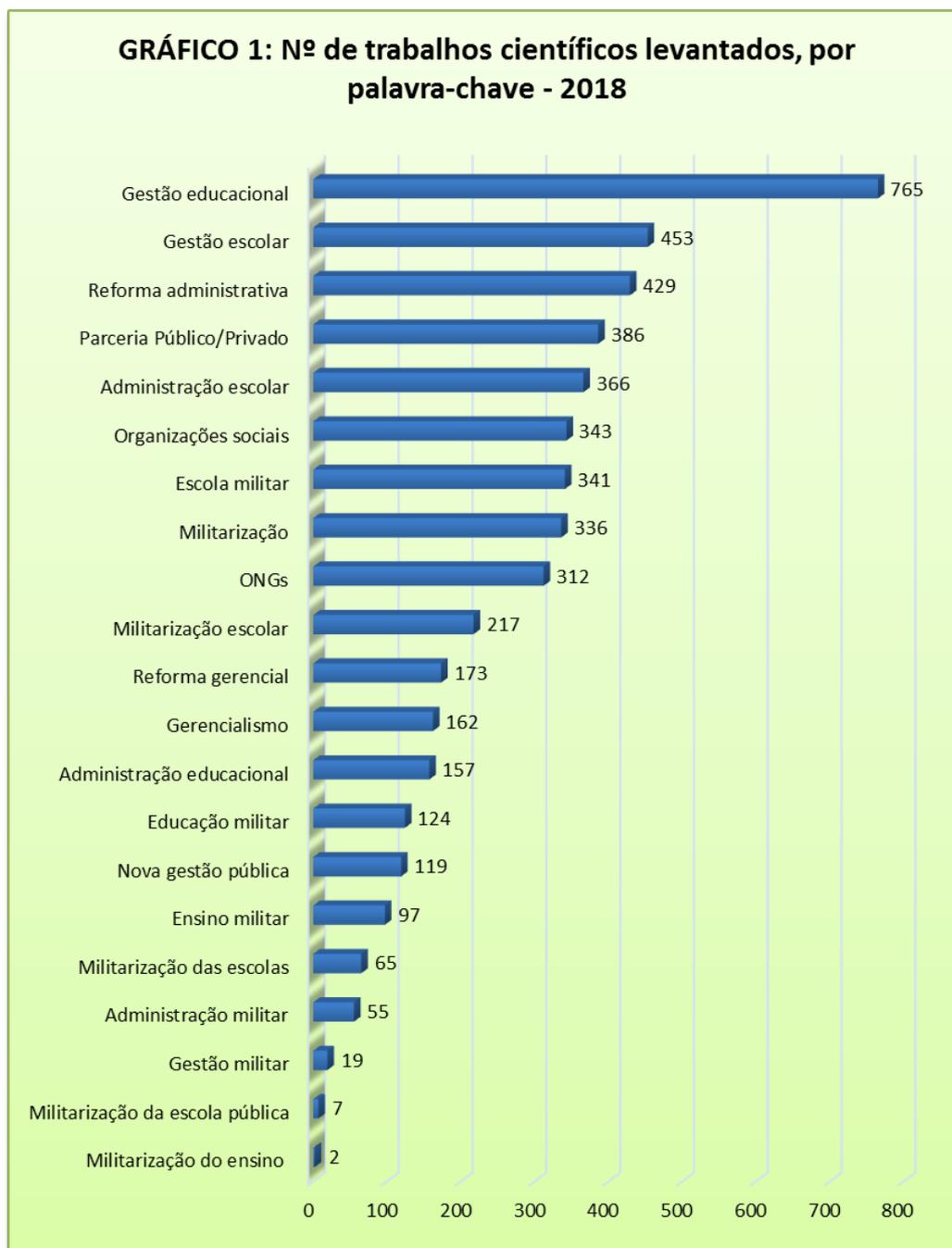
Introdução

Este trabalho é resultado da revisão de literatura que tomou como fonte de consulta as produções científicas disponíveis nos principais acervos da área de Ciências Sociais, a saber: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO); Indexador Online de Periódicos na Área da Educação (Educ@), da Fundação Carlos Chagas Filho; reuniões anuais da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação (ANPEd); Banco Nacional de Dissertações e Teses Digitais (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); e Catálogo de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES). O levantamento foi realizado no período de 10/03/2018 a 20/05/2018, quando foram coletadas teses, dissertações, artigos científicos e ensaios teóricos sobre a gestão de escolas públicas por instituições militares no Brasil, publicadas a partir de 1995.

Para o desenvolvimento desta análise, tomamos como referência a relação entre esta proposta de gestão escolar militarizada e a propagação de novos modelos de gestão dos sistemas públicos de ensino, em decorrência da reforma do Estado empreendida pelo Bloco no Poder no Brasil desde os anos 1990. Conforme apontado por Souza (2018), essa reforma visa redefinir a relação entre Estado e Sociedade, com o propósito de reorientar o uso do fundo público em favor das grandes empresas. Segundo este autor, a reforma do Estado, na realidade, é a dimensão superestrutural de um amplo processo de recomposição burguesa diante da crise orgânica do capital, deflagrada a partir do esgotamento do modelo de desenvolvimento taylorista-fordista, desde o final da década de 1960 e início da de 1970.

Resultados coletados na revisão de literatura

No levantamento de literatura encontramos 4.628 trabalhos, teses, dissertações, artigos e pôsteres, os quais foram organizados em 13 categorias de análise. Para isto, foi necessário estabelecer um conjunto de palavras-chave que nos permitisse uma busca controlada de produtos científicos. Para chegar a essas palavras-chave, primeiramente, estabelecemos quatro eixos temáticos, sendo eles: 1) "Militarização"; 2) "Gestão Educacional"; 3) "Gestão Pública"; e 4) "Organização Social". A partir destes eixos temáticos, elencamos as palavras-chave conforme o gráfico a seguir:



Fonte:
elaborado pelo autor

Os trabalhos encontrados foram agrupados de acordo com o objeto pesquisado, que resultaram na organização de 13 categorias de análise, conforme pode ser observado na Tabela 1. Os trabalhos considerados “não pertinentes” são referentes à assuntos que não estabelecem relações com esta pesquisa, muito embora tenham sido encontrados nas buscas pelas mesmas palavras-chave mencionadas no Gráfico 1.

Os trabalhos científicos que tratam especificamente de fundamentos da gestão militar das escolas públicas, objeto específico de nossa análise, estão representadas pelas categorias 08 e 10: “*Militarização da educação*” e “*Gestão militar da escola pública*”, que compreendem um total de 16 trabalhos. Embora o número coletado no levantamento tenha sido expressivo, os trabalhos que fazem referência ao fenômeno investigado se restringem a: 01 tese, 08 dissertações e 07 artigos.

Tabela 1 - NÚMERO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS LEVANTADOS POR CATEGORIA ANALÍTICA

CATEGORIAS ANALÍTICAS	Artigos	Dissertações	Teses	Pôsteres	Total
<i>História da Educação</i>	155	436	283	44	918
<i>Educação Civil</i>	74	331	251	52	608
<i>Segurança pública</i>	07	34	15	00	56
<i>Ensino militar</i>	33	259	174	05	471

Ensino militar e questões de gênero	16	76	54	02	148
Formação profissional militar	02	25	07	00	34
Ensino militar e questões étnicas e raciais	02	11	09	00	22
Militarização da educação	06	03	01	00	10
Movimentos sociais	00	03	04	00	07
Gestão militar da escola pública	01	05	00	00	06
Gestão militar	01	04	01	00	06
Ensino Militar e Inclusão	00	02	01	00	03
Não pertinente ao campo investigado	471	1053	811	04	2.339
Total geral	768	2142	1611	107	4.628

Fonte: elaborado pelo autor

A análise desses trabalhos permite afirmar os principais temas encontrados. O primeiro tema encontrado evidencia o processo de militarização das escolas como um mecanismo contemporâneo de terceirização da educação pública (SOUZA, 2012; SANTOS, 2016; CASTRO, 2016; GOMES, 2016; CRUZ, 2017).

O segundo tema encontrado trata do rigor aplicado pela implantação de normas e condutas sociais, pautadas na ordem e na disciplina militar. Os levantamentos iniciais revelaram que integrantes do corpo discente das instituições de ensino público submetidas ao processo de militarização são constantemente vigiados e controlados. Há também a imposição de uma cartilha de regras, normas e condutas a serem seguidas, impondo um ambiente formativo de baixo senso crítico e conformação à realidade imposta pela classe dominante (SOUZA, 2012).

A rigidez e valores pouco flexíveis, característicos dos preceitos militares, têm proporcionado uma formação voltada para a submissão e ao estrito cumprimento de ordens, ocasionando assim, uma educação desumanizadora, que encontra no medo uma ferramenta estratégica e eficaz no cerceamento da pluralidade e da subjetividade dos envolvidos. Essas normas e condutas sociais, pautadas na ordem e disciplina militar, também afetam o corpo docente, os coordenadores e os demais profissionais de apoio, que também são submetidos ao controle disciplinar estabelecidos no ambiente escolar (SANTOS, 2016).

O terceiro tema encontrado diz respeito ao público alvo e os contextos sociais e históricos. As instituições de ensino público que são submetidas ao processo de militarização costumam disponibilizar vagas para os dependentes dos profissionais da área de segurança pública (policiais militares, bombeiros, agentes penitenciários) e da sociedade em geral. As vagas nestas escolas costumam ser preenchidas mediante a divulgação de editais. Os candidatos são submetidos a processo avaliativo ou por sorteios em locais públicos (SANTOS, 2016; CASTRO, 2016; GOMES, 2016; CRUZ, 2017). Nesse sentido, as oportunidades de acesso das camadas populares ou menos favorecidas às instituições de ensino público administradas por órgãos militares não têm contemplado necessariamente aos moradores das regiões circunvizinhas. No entanto, tem atendido a um grupo específico de alunos mais bem preparados e, desta forma, vem ocasionando a perda da identidade destas escolas públicas. Desse modo, as escolas militarizadas deixam de ser espaços públicos democráticos e de acesso igualitário, para se tornar instituições de ensino público voltados ao atendimento de interesses de grupos seletos (SANTOS, 2016).

As escolas militarizadas tem revelado um caráter elitista, tendo em vista que alguns alunos são eliminados do processo seletivo, simplesmente por não conseguirem arcar com os custeios dos uniformes e materiais escolares, bem como, com as mensalidades “voluntárias”. Fatores que descaracterizam essas instituições como espaços públicos e as tornam escolas elitizadas (GOMES, 2016).

O quarto tema encontrado dimensiona a aprovação das escolas administradas por órgãos militares pelas camadas sociais, que avaliam positivamente o controle do comportamento pela disciplina militar; os resultados alcançados em avaliações nacionais como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e a possibilidade de ascensão e melhoria de suas condições de vida por meio da educação (SOUZA, 2012; GOMES, 2016; CRUZ, 2017).

Conclusões

Concluimos que os temas mais recorrentes no conjunto de trabalhos levantados foram: 1) a militarização das escolas como mecanismo contemporâneo de terceirização da educação pública; 2) o rigor aplicado através da implementação de normas e condutas sociais, pautadas na ordem e disciplina militar; 3) o público alvo e as forma de acesso às escolas militarizadas; 4) o apoio de parte da sociedade as escolas administradas por instituições militares.

Cabe ressaltar ainda que as temáticas tratadas nos trabalhos científicos levantados na revisão da literatura costumam perpassar por mais de um dos temas destacados anteriormente. Percebeu-se, portanto, que o fenômeno de militarização das unidades de ensino público, não tem sido tratado com a devida atenção pela área de ciências humanas, mais especificamente pela área de educação.

Referências

ANPED. **Reuniões Nacionais**. Rio de Janeiro: ANPEd, 2018. Disponível em: < <http://www.anped.org.br/reunioes-cientificas/nacional>>; acesso: 18/03/2018.

CAPES. Catálogo de Teses e Dissertações. Brasília (DF): CAPES, 2018. Disponível em: < [http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>](http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/), acesso: 15/04/2018.

CASTRO, Nicholas Moreira Borges de. **Pedagógico e o disciplinar: O militarismo como prática de governo na educação pública do estado de Goiás**. 2016. 108 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília. 2016.

CRUZ, Leandra Augusta de Carvalho Moura. **Militarização das escolas públicas em Goiás: disciplina ou medo?** 2017. 177 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação STRICTO SENSU em História) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. 2017.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Educ@** – Publicações online de educação. São Paulo: FCC, 2018. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/>, acesso: 05/06/2018.

GOMES, Sandra Mara Batista. **Regime punitivo do educar: um olhar sobre a educação pública no estado de Goiás**. 2016. 134 f. Dissertação (Mestrado em educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás. 2016

IBICT. **Acesso e visibilidade às teses e dissertações brasileiras**. Brasília (DF): IBICT, 2018. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/>, acesso: 03/05/2018.

SANTOS, Rafael Jose da Costa. **A militarização da escola pública em Goiás**. 2016. 131 f. Dissertação (Mestrado em educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. 2016.

SCIELO. **Scielo 20 anos** - Scientific Electronic Library Online. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_home&lng=pt&nrm=iso, acesso 25/04/2018.

SOARES, Felipe Bronoski. **O ensino de história nos colégios militares: entre o livro didático e experiências de alunos e professores**. 2016. 141 f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa. 2016.

SOUZA, José dos Santos. A pedagogia política renovada do capital e a contrarreforma burguesa no campo educacional. In: Colóquio Internacional Marx Engels, 2018, Campinas (SP). **Anais...** Campinas (SP): UNICAMP, 2018, p. 1-18.

SOUZA, Sirley Aparecida de. **Violências e silênciamentos: a representação social do fenômeno bullying entre jovens de uma escola militar em Goiânia**. 2012. 141 f. Dissertação (Mestrado em educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás. 2012.